

Norchem Participações e Consultoria S.A.

C.N.P.J. nº 43.834.894/0001-28

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018		2017		Passivo	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....		93	77			Outras obrigações					
Aplicações financeiras.....	3	50.675	51.754			Fiscais e previdenciárias		87	129		
Outros créditos	4a	3.478	2.035			Diversas.....		714	966		
Não circulante						Não circulante					
Outros créditos	4a	25.475	25.086			Outras obrigações	4b e 5				
						Fiscais e previdenciárias		26.359	26.538		
						Patrimônio líquido	7	52.561	51.319		
						Capital social		34.000	34.000		
						Reserva de capital.....		1.973	1.973		
						Reservas de lucros.....		16.588	15.346		
Total do ativo		79.721	78.952			Total do passivo e patrimônio líquido		79.721	78.952		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Subvenção para investimentos	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2016		34.000	1.973	3.850	13.156	-	52.979
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	2.510	2.510
Distribuição de dividendos (R\$ 2,19 por ação).....	7	-	-	-	(4.170)	-	(4.170)
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	7	-	-	125	-	(125)	-
Reserva estatutária	7	-	-	-	2.385	(2.385)	-
Em 31 de dezembro de 2017		34.000	1.973	3.975	11.371	-	51.319
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	2.371	2.371
Distribuição de dividendos (R\$ 0,59 por ação).....	7	-	-	-	(1.129)	-	(1.129)
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	7	-	-	119	-	(119)	-
Reserva estatutária	7	-	-	-	2.252	(2.252)	-
Em 31 de dezembro de 2018		34.000	1.973	4.094	12.494	-	52.561

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Norchem Participações e Consultoria S.A. ("Empresa") tem como objeto social a administração de recursos próprios, a participação direta ou indireta em outras sociedades e a prestação de serviços de consultoria. Atualmente, a empresa se dedica à administração de recursos próprios.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas pela empresa de acordo com o CPC Pequenas e Médias Empresas (PMEs), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(a) Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1).

(b) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem depósitos em conta-corrente e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor.

(c) Outros créditos: Demonstrados ao custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Aplicações financeiras: (i) Classificação e mensuração: A Empresa classifica seus ativos financeiros como títulos para negociação, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **(ii) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos são apurados com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(e) Passivo circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25. **(i) Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais:** os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 9%, conforme artigo 3º da Lei nº 7.689/88. O ativo e o passivo fiscal diferidos são calculados sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e à legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2018, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 9% sobre os ajustes temporários para

obtenção do saldo de ativo e passivo fiscal diferidos de IRPJ e CSLL, respectivamente.

(h) Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

(i) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.

3. Aplicações financeiras

(a) Composição da carteira

Títulos para negociação	Valor de custo	Ganho não realizado	Valor de mercado	
			2018	2017
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT ..	50.680	(5)	50.675	51.754
Total de aplicações financeiras	50.680	(5)	50.675	51.754

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Até 3 meses			Acima de 3 anos		Total
	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 36 meses	de 3 a 5 anos	de 5 a 7 anos	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT ..	-	-	44.753	5.922	50.675	50.675
Total – 2018	-	-	44.753	5.922	50.675	50.675
Total – 2017	31.378	7.102	-	13.274	51.754	51.754

O resultado financeiro, no valor de R\$ 3.084 (2017 – R\$ 4.959), está representado por receita sobre aplicações em títulos públicos do governo brasileiro.

4. Outros créditos e outras obrigações:

(a) Outros créditos: Estão representados por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 24.846 (2017 – R\$ 24.182), créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 629 (2017 – R\$ 904) e impostos e contribuições a compensar e recuperar no montante de R\$ 3.478 (2017 – R\$ 2.035).

(b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias: Referem-se, principalmente, a provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 26.359 (2017 – R\$ 26.538). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos – diversos".

5. Passivos contingentes e obrigações legais: As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras.

(a) Provisões constituídas: (i) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais ..	24.846	24.182	26.359	26.538
Total	24.846	24.182	26.359	26.538

(ii) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Total em 2018	Total em 2017
	Obrigações legais - 2018	Obrigações legais - 2017		
Saldo inicial	26.538	26.538	24.890	
Despesas financeiras – juros	555	555	931	
Constituições	-	-	873	
Reversões.....	-	-	(8)	
Anistia.....	(734)	(734)	(148)	
Saldo final	26.359	26.359	26.538	

A Instituição também é parte de processo administrativo de natureza tributária, caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tal demanda, que envolve multa aduaneira e perdimento no valor de R\$ 79. Não haviam passivos contingentes classificados como possíveis em 2017.

6. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:

A natureza e a origem dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais e depósitos judiciais.....	387	576
Provisão de honorários advocatícios.....	235	321
Outros.....	7	7
Total de créditos tributários – ativo	629	904

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Despesas tributárias.....		(182)	(293)
Outras despesas administrativas.....		(213)	(218)
Outras receitas operacionais.....	8a	1.314	1.298
Outras despesas operacionais	8b	(587)	(1.392)
Receita operacional		332	(605)
Resultado financeiro	3	3.084	4.959
Resultado operacional		3.416	4.354
Resultado antes da tributação sobre lucro		3.416	4.354
Imposto de renda e contribuição social	6	(1.045)	(1.844)
Provisão para imposto de renda.....		(560)	(1.146)
Provisão para contribuição social.....		(210)	(798)
Ativo fiscal diferido.....		(275)	100
Lucro líquido do exercício		2.371	2.510
Número de ações	7	1.900.000	1.900.000
Lucro líquido por ação no final do exercício - R\$		1,25	1,32

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		2.537	3.044
Lucro líquido		2.371	2.510
Ativo fiscal diferido.....		275	(100)
Provisões para contingências.....		555	1.796
Atualização de depósitos judiciais		(664)	(1.162)
Variação de ativos e obrigações		(1.392)	748
Redução em aplicações financeiras.....		1.079	1.074
Redução/(Aumento) em outros créditos.....		(1.443)	237
(Redução)/Aumento em outras obrigações.....		(688)	663
Imposto de renda e contribuição social pagos		(340)	(1.226)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		1.145	3.792
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	7	(1.129)	(4.170)
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento		(1.129)	(4.170)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		16	(378)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....		77	455
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		93	77
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		16	(378)

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 28 (2017 – R\$ 473) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 303 (2017 – R\$ 373) sobre diferenças temporárias. De acordo com o CPC PME, o total dos créditos tributários são classificados, para fins de balanço, no ativo não circulante. Entretanto, o montante de R\$ 8 (2017 – R\$ 78) possui estimativa de realização até um ano. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.416	4.354
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.161)	(1.480)
Adicional de imposto de renda	24	24
CSLL Contingente	-	(377)
Outros.....	92	(11)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	116	(364)
Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício	(1.045)	(1.844)

7. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 1.900.000 ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Administração decidiu pela destinação do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva de lucros – Estatutária, após a constituição de reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 4.170 referente ao lucro líquido acumulado na conta de Reserva Estatutária. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.129 referente ao lucro líquido acumulado na conta de Reserva Estatutária. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Empresa, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

8. Outras informações:

(a) "Outras receitas operacionais" correspondem, principalmente, a variações monetárias ativas sobre "Outros créditos - diversos" no montante de R\$ 664 (2017 - R\$ 1.162) e reversões de provisões no montante de R\$ 570 (2017 – R\$1).

(b) "Outras despesas operacionais" correspondem, principalmente, a variações monetárias passivas sobre "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no montante de R\$ 555 (2017 - R\$ 1.379).

(c) Em 2018 a entidade tinha R\$ 93 (2017 – R\$ 77) em depósitos em conta corrente referente a transações com partes relacionadas junto ao Banco J.P. Morgan S.A., sua coligada.

(d) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam operações com derivativos em aberto.

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Norchem Participações e Consultoria S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Norchem Participações e Consultoria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norchem Participações e Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a

Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião